

A opção pelos pobres na “*Evangelii Gaudium*”

Geraldo Luiz Cardoso de Oliveira

“Por isso, desejo uma Igreja pobre para os pobres”¹

Em meados dos anos 50 do século passado, nos meios católicos em geral, era muito comum a afirmação, atribuída ao papa Pio XII, de que o grande problema do século XX era a perda do sentido do pecado.

Passados aproximadamente 60 anos, o atual papa Francisco, na Exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*”, de 24 de novembro de 2013, no encerramento do *Ano da Fé*, afirma que as duas grandes questões fundamentais, neste momento da história, que irão determinar o futuro da humanidade são, respectivamente, a inclusão social dos pobres e a questão da paz e do diálogo social².

Dada as limitações destas reflexões, nos restringiremos a abordar apenas a primeira das chamadas questões fundamentais do momento presente, ainda que, para muitos estudiosos, ambas, de formas diferenciadas, se entrelacem nas sociedades contemporâneas, variando de intensidade em função das diferenciadas culturas. Por outro lado, concordamos também com aqueles que consideram, com propriedade, que a preocupação externada por Pio XII se encaixa na visão contemporânea do papa Francisco, apenas verberada de acordo com novas expressões.

Com efeito, já havia sido enfatizado, anteriormente, pelo papa João Paulo II, na encíclica social *Sollicitudo Rei Socialis* (30.12.1987) a relação entre “pecado pessoal”, “pecado social” e “estruturas de pecado”, mostrando que estas últimas são resultado do conjunto dos pecados concretos de cada um, condicionando as relações estabelecidas no bojo da sociedade. Assim, não existe um pecado que seja um ato *solitário em si*³.

Aliás, quando o papa Francisco considera a importância da inclusão social dos pobres, parece sinalizar que se insere na tradição da teologia latino-americana egressa da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Puebla (28.01.1979 – 13.02.1979). Nela, os bispos presentes assumem “Nela os bispos presentes assumem o já dito na Conferência de Medellín (1968), de *“uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres”*⁴. Cumpre assinalar que se teve o cuidado de assumi-la não de modo “exclusivo”, nem “excludente”, pois se configuraria como uma “ideologia de classe”, mais próprio de um viés de pensamento marxista.

É interessante notar que o papa Francisco fez questão de afirmar que o documento objeto desta *“não é um documento social”*⁵, recomendando, para tanto, o *“Compêndio da*

¹ Exort. ap. *Evangelii Gaudium*, n.198.

² Cf. Exort. ap. *Evangelii Gaudium* n.185.

³ Cf. JOÃO PAULO II, Carta Enc. *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 36.

⁴ PUEBLA, parte IV Cap. I, n. 1134.

⁵ *Evangelii Gaudium*, n.184.

*Doutrina Social da Igreja, cujo uso e estudo vivamente recomendo*⁶. Aliás, tal publicação também foi lançada oficialmente aqui na PUC-Rio, em 20.06.1995, no auditório do RDC, pelo próprio cardeal Renato Raffaele Martino, então presidente do “Pontifício Conselho da Justiça e da Paz”, do Vaticano. Mesmo sem mérito pessoal, temos uma edição com dedicatória do próprio, em português!...

Não há dúvidas de que, apesar da ressalva feita pelo papa, o documento em análise, mergulha fundo na questão social. Basta atentar para o que trata o capítulo IV do mesmo – que é extenso, abarcando do nº 176 ao nº 258 – cujo título é, mui justamente, “*A dimensão social da evangelização*”.

Por absolutamente pertinente, já o saudoso beato João Paulo II tinha afirmado, em sua encíclica social “Centesimus Annus” (01.05.1991) n. 5 que “*para a Igreja, ensinar e difundir a doutrina social pertence à sua missão evangelizadora e faz parte essencial da mensagem cristã*”. Note-se que o papa enfatiza que a DSI está intrinsecamente atrelada à missão evangelizadora da Igreja. Não se trata de uma hipótese ou mera alternativa perante outras, em função do carisma específico de cada um⁷.

Perante tal embasamento é fácil entender porque, em um documento sobre o anúncio do evangelho no mundo atual, o papa considere, em sua visão, como uma questão fundamental neste momento da história, a inclusão social dos pobres. Para tanto, dedica, com redobrada atenção, os números 186 a 216 da Exortação apostólica, para analisar mais a fundo as redobradas consequências de tais disposições.

Não poderíamos, no alcance deste artigo, englobar todas as possibilidades. Contudo, vamos tentar estabelecer contato com algumas posturas que nos parecem pertinentes ao exame da questão.

Na abordagem da temática, o papa é incisivo, sem mais delongas: a inclusão social dos pobres “*deriva da nossa fé em Cristo*”.⁸ Estabelece que o seguimento e discipulado de Cristo passa pela promoção dos pobres, já que esta foi a postura de Jesus de Nazaré. Muitas vezes, os cristãos não conseguem, por diversas razões, inclusive falta de leitura bíblica, estabelecer a identidade existente entre o Jesus histórico e o Cristo da fé. Com isto, vivem, mesmo sem consciência, uma fé reducionista, pietista, meramente intimista e que não resiste a uma comparação com aquela proposta pelo próprio Cristo, em sua caminhada histórica em sintonia com sua ressurreição e a realidade sociopolítica em que se inseriu.

Mas o papa não deixa dúvidas a respeito: “*cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres*”⁹. Mencionando o clamor dos pobres, comparativamente já presente na epopeia do livro do

⁶ *Ibid.*, n. 184.

⁷ Foi por isso que o padre Fernando Bastos de Ávila SJ, ao ser convidado pelo cardeal Dom Eugênio de Araújo Salles para fazer um programa semanal sobre a DSI na então recém-inaugurada “Rádio Catedral FM 106.7” escolheu como título “*Doutrina social da Igreja, caminho de evangelização*”. Está no ar há 19 anos, do qual fazemos parte, todos os sábados de 7:40 às 8:10 horas.

⁸ *Op. cit.* n. 186.

⁹ *Op. cit.* n. 187.

Êxodo, Sua Santidade enfatiza: “*ficar surdo a este clamor, quando somos os instrumentos de Deus para ouvir o pobre, coloca-nos fora da vontade do Pai e do seu projeto*” (!)¹⁰.

João Paulo II, no seguimento de Paulo VI, insistia na necessidade da construção da “*civilização do amor e da solidariedade*”. O papa Francisco retoma a reflexão sobre a palavra “*solidariedade*” dizendo que ela “*supõe a criação de uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns*”¹¹. O pontífice, retomando dois pilares da DSI, explica que “*a solidariedade é uma reação espontânea de quem reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade privada [...] pelo que deve ser vivida como a decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde*”¹².

Mais adiante, no n. 191, pela primeira vez em um documento do magistério pontifício de caráter universal, vemos uma citação, *in verbis*, de um documento da CNBB¹³: “[...] *escandaliza-nos o fato de saber que existe alimento suficiente para todos e que a fome se deve à má repartição dos bens e da renda. O problema se agrava com a prática generalizada do desperdício*”. Se pensarmos nos dias de hoje, cerca de doze anos após, a realidade brasileira se apresenta nas mesmas condições, tanto nas condições objetivas de repartição de renda, assim como quanto ao escandaloso desperdício. Mas os bispos brasileiros não se limitaram apenas à comida e a um sustento com dignidade. Com propriedade, assinalaram que se trata de uma inserção civilizatória que engloba outros aspetos: educação, saúde, trabalho “*livre, criativo, participativo e solidário*”, com salário justo¹⁴.

É sintomático como o papa vê com clareza qual deve ser a nossa fidelidade evangélica: “*É uma mensagem tão clara, tão direta, tão simples e eloquente que nenhuma hermenêutica eclesial tem o direito de relativizar [...] Para quê complicar o que é tão simples?*”¹⁵. O papa nos apela: “*Não nos preocupemos só com não cair em erros doutrinários, mas também com ser fiéis a este caminho luminoso de vida e sabedoria*”¹⁶. E invoca o testemunho neotestamentário para confirmar o que dizia, lembrando que Paulo teve o cuidado de ir ter com os Apóstolos em Jerusalém para discernir se estava se conduzindo conforme o seguimento de Jesus. Vemos em *Gálatas* 2,2 que concordaram com seu proceder, mas que o critério-chave de autenticidade era que não se esquecesse dos pobres.

Em consonância, afirma o papa: “*Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica [...] entendida como uma forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da*

¹⁰ Ibid. n. 187.

¹¹ *Op. cit.* n. 188.

¹² *Op. cit.* n. 189.

¹³ CNBB. *Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome* (2002): Introdução, 2.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ *Op. cit.* n.194.

¹⁶ Ibidem.

Igreja”¹⁷. Ensinava Bento XVI que esta opção “está implícita na fé cristológica, naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza”¹⁸.

Assim, o papa ansia por uma Igreja pobre para os pobres, porque “estes têm muito para nos ensinar [...] É necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles. A nova evangelização¹⁹ é um convite a reconhecer a força salvífica de suas vidas, e a colocá-los no centro do caminho da Igreja. Somos chamados a descobrir Cristo neles”.

Contudo, o papa faz questão de alertar de que “o nosso compromisso não consiste exclusivamente em ações ou em programas de promoção e assistência; [...] não é um excesso de ativismo, mas primariamente uma atenção prestada ao outro, considerando-o – no dizer de São Tomás de Aquino²⁰ - como um só consigo mesmo”²¹. Muito importante também, é verificar que no dizer de Francisco – aliás, corroborando o que já havia sido enfatizado por seus recentes antecessores - “isto diferencia a autêntica opção pelos pobres de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos”²².

Fechando esta parte do documento, o papa manda um recado contundente, sobretudo àqueles de maior poder de influência na sociedade: “Ninguém deveria dizer que se mantém longe dos pobres, porque as suas opções de vida implicam prestar mais atenção a outras incumbências. Esta é uma desculpa frequente nos meios acadêmicos, empresariais ou profissionais, e até mesmo eclesiais. [...] ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social”²³.

Aplicando mais especificamente este parágrafo à realidade nossa de cristãos participantes das diferentes e variadas pastorais da Igreja, entendemos que, para o papa Francisco, a opção pelos pobres é parte integrante de quaisquer que sejam elas. Sabemos que o Espírito do Senhor sopra onde quer (João 3,8), mas não podemos mais dividir o ministério dos leigos e leigas em movimentos “espirituais” (Renovação carismática, Apostolado da oração, encontro de casais, congregações marianas, etc.) e movimentos “sociais” (CEBs, teologia da libertação, etc.).

Todos são chamados a esta grande tarefa que está incrustada na própria essência de “ser Igreja”. Obviamente, cada qual segundo seu carisma específico, como já nos alertava Paulo em sua primeira epístola aos Coríntios.

Para refletir

1. A opção preferencial pelos pobres significa que a riqueza é um pecado?
2. Para realizar a opção pelos pobres será necessário que a Igreja crie um partido católico para ter poder político?

¹⁷ *Op. cit.*, n. 198.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Tema do sínodo dos bispos que originou tal documento.

²⁰ *Summa theologiae* II-II, q. 27, a.2.

²¹ *Op. cit.*, n. 199.

²² *Ibidem*.

²³ *Op. cit.* n. 201.

Bibliografia:

CELAM. *Conclusões da Conferência de Puebla* (1979). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CNBB. *Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome*. São Paulo: Paulinas, 2002.

FRANCISCO. Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (2013). São Paulo: Paulinas, 2013.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (1987). 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

----- Carta encíclica *Centesimus Annus* (1991). 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.